



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Mobilidade
Subsecretaria de Fiscalização,
Auditoria e Controle

RELATÓRIO DE AUDITORIA COOPERATIVA ALTERNATIVA CESSÃO DA PERMISSÃO



Coordenação de Auditoria e Avaliação
Gerência de Análise de Resultados
Núcleo de Análise de Receitas e Despesas

Exercício
2015



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA
COOPERATIVA ALTERNATIVA
Ordem de Execução de Auditoria Fiscal n.º 012/2015 - GEARE

BRASÍLIA
JUNHO DE 2015

md



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 3 de 50

REALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO – COAV

MARIA ISABEL BORGES G. DIDEROT

Coordenadora da COAV

GERENCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS – GEARE

MARRISON DANTAS DE OLIVEIRA

Gerente da GEARE

NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS - NURED

GABRIEL FIALHO NETTO SANTOS

Chefe do NURED

MARCOS RODRIGUES GONÇALVES FARIA

Auditor Fiscal de Atividades Urbanas

me



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 4 de 50

PREFÁCIO

Este trabalho de auditoria tem como objetivo apurar a ocorrência da efetiva cessão da permissão fruto do Contrato de Adesão n.º 001/2009, outorgada à Cooperativa Alternativa Ltda. – Cooperativa do Transporte Autônomo de Passageiros Regular, para prestação de serviços de transporte público coletivo do tipo convencional. Em meio a diversas dificuldades financeiras pelas quais a cooperativa de transporte vinha passando, que acarretaram em paralisações do serviço e na suspensão da operação das linhas, houve um acordo particular firmado entre a Cooperativa Alternativa e a empresa Central Expresso Transportes Ltda., a fim transferir a permissão. Na mesma data em que foi firmado o acordo, o DFTRANS autorizou as empresas Expresso Riacho Grande e Rota do Sol, ambas pertencentes ao grupo da Central Expresso Transportes, a operarem as linhas da suspensão Cooperativa Alternativa. No mesmo dia em que foram autorizadas a operar essas linhas, as citadas empresas já passaram efetivamente a realizar os serviços, o que deixou indícios de que acordos entre a empresa cedente, as cessionárias e o Órgão Gestor (DFTRANS) vinham sendo negociados. Tempos depois, já em setembro de 2014, protocolou-se o requerimento de transferência da permissão na então Secretaria de Estado de Transportes, que, por sua vez, enviou os autos à Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF) para consulta quanto à viabilidade legal dessa transação. Ao analisar o pleito, a PGDF emitiu parecer desfavorável, sustentando que tal cessão visa atender unicamente interesses particulares e que, ao contrário de como foi realizada, por instrumento particular, a cessão de delegação de um serviço público deve estar revestida de interesse público e com prévia anuência do Poder Concedente. Com base no que foi exposto, a PGDF recomendou que o Órgão Consulente verificasse se houve, na prática, a cessão da permissão. É o que passamos a fazer no presente trabalho.

mo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 5 de 50

LISTA DE SIGLAS

CODAF – Sistema de Apoio e Controle das Atividades da Subsecretaria de Fiscalização, Auditoria e Controle.

O.S. – Ordem de Serviço de Linha.

OEA - Ordem de Execução de Auditoria Fiscal.

PAF – Programação de Auditoria Fiscal.

SB - STPC/DF - Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

SBA – Sistema de Bilhetagem Automática.

TDMax/SBA - Plataforma de consulta de informações do Sistema de Bilhetagem Automática.

SIT/DFTRANS – Sistema de Informação de Transportes.

STPC/DF - Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

SUFISA – Subsecretaria de Fiscalização, Auditoria e Controle.

DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal (Entidade Gestora do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal).

mae



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 6 de 50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - TRIANGULAÇÃO NO PROCESSO DE CESSÃO DA PERMISSÃO DA ALTERNATIVA.....	33
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - LINHAS DA ALTERNATIVA ANTES DA SUSPENSÃO.....	15
Tabela 2 - LINHAS DA ALTERNATIVA DELEGADAS A OUTROS OPERADORES DURANTE SUA SUSPENSÃO	16
Tabela 3 - LINHAS DA ALTERNATIVA APÓS SEU RETORNO AO SISTEMA	17
Tabela 4 - VEÍCULOS UTILIZADOS NAS LINHAS DA ALTERNATIVA APÓS SEU RETORNO AO SISTEMA QUE OPERARAM EM NOME DA RIACHO GRANDE.....	18
Tabela 5 - RELAÇÃO DE EVIDÊNCIAS ENCONTRADAS NOS PROCESSOS 098.003.198/2013, 098.000.414/2014 e 098.003.497/2014	19
Tabela 6 - RELAÇÃO DE EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS ENCONTRADAS DURANTE INSPEÇÃO REALIZADA NA GARAGEM DA ALTERNATIVA.....	27
Tabela 7 - RELAÇÃO DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DA CENTRAL EXPRESSO CADASTRADOS NO SISTEMA DE TRANSPORTES EM NOME DA RIACHO GRANDE	33

moo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 7 de 50

Conteúdo

LISTA DE SIGLAS.....	5
LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE TABELAS.....	6
1. APRESENTAÇÃO.....	8
1.1. OBJETIVO E ESCOPO	8
Objetivo Geral	8
Escopo	8
1.2. METODOLOGIA.....	8
1.2.1. Contextualização	9
1.2.2. Sistemas de Informação Utilizados	11
1.2.2.1. SIT/DFTRANS	11
1.2.2.2. Sistema de Bilhetagem Automática (TDMax/SBA).....	12
1.2.3. Legislação Aplicável.....	13
1.2.4. Da metodologia de Avaliação dos Resultados	13
2. RESULTADOS DA AUDITORIA	15
2.1. Evidências encontradas no sistema TDMax/SBA	15
2.2. Evidências encontradas nos Processos 098.003.198/2013, 098.000.414/2014 e 098.003.497/2014.....	19
2.3. Evidências encontradas mediante procedimento de Auditoria na garagem da Cooperativa Alternativa.....	25
2.3.1. Relatório do Trabalho de Campo	26
2.3.2. Evidências Documentais.....	26
3. ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS	30
4. CONCLUSÃO	40
5. RECOMENDAÇÕES.....	41
6. APÊNDICE	43



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 8 de 50

1. APRESENTAÇÃO

1.1. OBJETIVO E ESCOPO

Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo verificar se houve efetivamente a transferência da permissão da Cooperativa Alternativa sem a anuência prévia do Estado.

Escopo

A auditoria tem como escopo analisar a possível ocorrência da cessão da permissão para as empresas citadas no Processo 090.003497/2014.

1.2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização do presente trabalho foi o cruzamento de informações entre o Sistema de Bilhetagem Automática (TDMax/SBA) e o Sistema de Informação de Transporte (SIT/DFTRANS); evidências encontradas no Processo n.º 098.003198/2013 e idas a campo a fim de coletar novas informações e averiguar ou confirmar se houve, efetivamente, a cessão da permissão da Cooperativa Alternativa sem anuência prévia do Poder Concedente.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 9 de 50

1.2.1. Contextualização

A presente auditoria tem como pressuposto a cessão da permissão, por instrumento particular, da Cooperativa Alternativa para a Central Expresso Transportes LTDA e a MCS Locação Transportes. Trata-se do Contrato de Adesão n.º 001/2009 cujo objeto é a delegação da permissão para prestação de serviços de transporte público coletivo do tipo convencional, serviço este denominado pela Lei n.º 4.011/2007 como Básico. De acordo com o instrumento particular de cessão da permissão (constante às folhas n.º 43 a 46 do Processo n.º 090.002906/2014), celebrado entre as partes citadas, a transação se deu sob condição de quitação dos débitos perante o Banco Regional de Brasília referente aos veículos financiados por essa instituição financeira e a reforma dos veículos.

O fato é que a Cooperativa Alternativa passava por dificuldades financeiras que culminavam em prejuízos para a prestação do serviço, uma vez que, por não honrar seus débitos para com a Fazenda Pública e com o DETRAN, os veículos não tinham aprovação de suas vistorias perante a fiscalização. Essa situação gerou a necessidade celebração de compromisso de ajustamento de conduta (constante às folhas n.º 36 a 40 do Processo n.º 0098.003198/2013), afim de, entre outras providências, dar solução para a continuidade na prestação de serviço de transporte. Mesmo depois de firmado o compromisso, o operador permaneceu em dificuldades para honrar com o pagamento de pessoal e com a permanência em operação da totalidade da frota contratada.

Em 05/12/2013, o DFTRANS suspendeu as Ordens de Serviço de Linha da Cooperativa Alternativa e passou, de forma emergencial, grande parte de suas linhas, para as empresas Riacho Grande e Rota do Sol. Em 06/12/2013, por meio de instrumento particular, a Cooperativa Alternativa transferiu sua permissão como operador do STPC/DF para Central Expresso Transportes Ltda. e MCS Locação Transportes e Construções Ltda.

Vale ressaltar que existe vínculo entre a empresa Central Expresso Transportes Ltda. e a permissionária Expresso Riacho Grande Ltda., o que se comprova com base nos autos do Processo 090.003.497/2014. Nele há uma Certidão expedida pelo Diretor Geral da DFTRANS de que aquela empresa opera em nome desta (folha n.º 79 do referido processo).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 10 de 50

No mesmo processo há cópias dos licenciamentos (CRLV) de veículos registrados no DETRAN-DF em nome da Central Expresso Transportes Ltda. e cadastrados no Órgão Gestor em nome da permissionária Expresso Riacho Grande.

Em 20/01/2014, por instrumento particular, a diretoria da Cooperativa Alternativa transferiu as quotas sociais dos cooperados para o então presidente dessa cooperativa de transporte, o Sr. Heuler Raniê Soares Mendonça sem a participação dos demais cooperados em assembleia.

Em 31/01/2014, a Cooperativa Alternativa e a Central Expresso Ltda. firmaram contrato de parceria em administração, gestão e cessão de ônibus em cooperativa de transporte com opção de venda da permissão.

Em 21/05/2014, o chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa emitiu parecer endereçado à DTE/DFTRANS sobre a situação da suspensão da Cooperativa Alternativa. O documento mencionou o fato de que a DFTRANS **assumiu provisoriamente** a prestação dos serviços e os delegou a outra operadora. O entendimento do autor foi no sentido de que o contrato com a Alternativa e o Distrito Federal estaria vigente e que a suspensão seria ilegal, pois as circunstâncias que deram causa à medida haviam sido superadas. Nesse sentido, concluiu o parecer sugerindo à DTE/DFTRANS o reestabelecimento das Ordens de Serviço de Linha originais.

Em 10/09/2014, de acordo com os autos contidos no Processo n.º 090.003.497/2014, a Cooperativa Alternativa e a Central Expresso Transportes Ltda. requereram à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal a transferência da permissão objeto do Contrato de Adesão n.º 001/2009 firmado entre a Secretaria de Transportes do Distrito Federal e a Cooperativa Alternativa para a empresa Central Expresso Transportes Ltda.

Diante disso, em 13/10/2014, a Secretaria de Estado de Transportes submeteu o pleito à Procuradoria Geral do Distrito Federal para que fosse apreciada a possibilidade de transferência da permissão referente ao Contrato de Adesão 001/2009.

me



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 11 de 50

Segundo o Parecer n.º 697/2014-PROCAD/PGDF, a tese defendida pelos autores do requerimento de Cessão da Permissão de que há previsão contratual para tal transação, mediante anuência da Secretaria de Estado de Transportes e do DFTRANS, não foi aceita. Ainda de acordo com o Parecer, a anuência deveria ser prévia, ao contrário da forma como foi firmada a Cessão da Permissão entre os requerentes por instrumento particular antecipado. Dessa forma, concluiu-se que é legalmente inviável a cessão da permissão fruto do Contrato de Adesão n.º 001/2009, por tal fato caracterizar-se como contrário ao interesse público e, portanto, inválido o instrumento particular de cessão da permissão, haja vista a ausência de prévia anuência do poder público.

Diante desse entendimento, a PGDF recomendou que o órgão consulente apurasse se tal cessão da permissão se concretizou na prática, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis para punir as transgressões e para regularizar os serviços referentes ao Contrato de Adesão n.º 001/2009, que é, doravante, o objeto do presente trabalho de auditoria.

1.2.2. Sistemas de Informação Utilizados

1.2.2.1. SIT/DFTRANS

- **Relatório LTHT – Tabela Horária por Linha Sintético:**

Apresenta informações como o número da ordem de serviço (O.S.), a vigência da ordem de serviço, o operador que presta o serviço, origem e destino, tarifa e a tabela horária das viagens de acordo com a O.S. vigente.

- **Relação de Ônibus por Operador**

Fornece o cadastro de veículos autorizados à empresa operadora para prestar o serviço de transporte de passageiros. Fornece o número de ordem (prefixo de identificação do veículo), tipo de veículo, placa, chassi, carroceria e o período da autorização.

mda



1.2.2.2. Sistema de Bilhetagem Automática (TDMax/SBA)

- **Relatório Duplicidade de Prefixos**

Fornece informações de hora inicial de viagem, hora final de viagem, linha, motorista, empresa operadora e o número de serie do equipamento. Este relatório permite analisar se houve descargas de créditos de viagem de mais de um validador em um mesmo prefixo ou obter informações de veículos com número de ordem duplicado.

- **Relatório Diário de Meia Viagem**

Fornece uma relação dos acessos ocorridos em função de meias viagens realizadas, número do turno e a data em que ocorreu, número do carro, nome e código dos operadores, catraca inicial e catraca final, nome e número da linha, sentido da viagem, data e hora de início, fim e sua duração, produtos e sua quantidade de acessos durante os turnos, entre outras informações. Tem como objetivo validar informações de acessos realizados dentro do período estipulado.

- **Relatório Usuários por Turno**

Fornece informações detalhadas de cada turno de meia viagem, tais como operador, início da viagem, fim da viagem, número de ordem do veículo, linha, motorista, cobrador, hora exata de acesso do usuário, número do cartão do usuário, tipo de cartão utilizado, nome completo do usuário e a empresa a qual o usuário do Vale Transporte trabalha.

- **Relatório Acessos por Meia Viagem**

Demonstra a relação das viagens realizadas pela linha no intervalo definido. Para cada viagem são expostos os prefixos dos veículos, a data e horário de início e de término, o tempo de duração e a quantidade de passageiros transportados.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 13 de 50

1.2.3. Legislação Aplicável

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Licitações e Contratos n.º 8.666/1993;
- Lei Geral de Concessões e Permissões n.º 8.987/1995;
- Lei da Política Nacional do Cooperativismo n.º 5.764/1971;
- Lei Distrital n.º 2.843/2001, que dispõe sobre o Serviço de Transporte Público Convencional Autônomo.

1.2.4. Da metodologia de Avaliação dos Resultados

Em cumprimento à Ordem de Execução de Auditoria Fiscal n.º 012/15, expedida pela Gerência de Análise de Resultados - GEARE, compete ao Núcleo de Análise de Receitas e Despesas - NURED, unidade orgânica imediatamente subordinada a essa gerência, a execução desta auditoria.

A metodologia utilizada foi a triangulação, que tem como fundamento o procedimento analítico voltado para a interpretação de dados qualitativos. Este trabalho apresenta uma abordagem qualitativa com objetivos descritivos e, do ponto de vista técnico, é analítico. Os procedimentos adotados para a realização desta auditoria se deram com base em três pilares de sustentação às evidências encontradas, quais sejam:

- Evidências encontradas no TDMax/SBA;
- Evidências encontradas nos Processos 098.003.198/2013 e 098.003.497/2014; e
- Evidências encontradas mediante inspeção na garagem da Cooperativa Alternativa.

A análise por Triangulação de Métodos reforça a importância do diálogo entre os dados empíricos, autores que tratam da temática e análise de conjuntura, num contínuo movimento dialético. Este instrumental analítico contribui para a interpretação e a correlação



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 14 de 50

dos fatos investigados, favorecendo o processo de análise indutiva dos dados coletados com o objetivo de fortalecer as conclusões.

Este trabalho tem como pressuposto o Parecer n.º 697/2014-PROCAD/PGDF, que se posicionou contrário à cessão da permissão concedida à Cooperativa Alternativa e que recomendou à Secretaria de Estado de Transportes que apure se a cessão dessa permissão efetivamente se concretizou.

A Cooperativa Alternativa recebeu a delegação para operar com uma frota de 40 (quarenta) veículos e 28 (vinte e oito) linhas, por meio do Contrato de Adesão n.º 001/2009, no Serviço de Transporte Público Coletivo Básico, conforme especificações estabelecidas no anexo II do Edital de Concorrência n.º 002/2007.

Os procedimentos de apuração sobre a ocorrência da cessão da permissão pública consistiram em levantamentos realizados nos sistemas disponíveis no âmbito da Subsecretaria de Fiscalização, Auditoria e Controle, tais como o SIT/DFTRANS e o TDMax/SBA. Dessa forma, foram levantados os dados de linha e frota do operador relacionado, assim como o movimento operacional a fim de indicar o destino da receita auferida com a operação dos veículos cadastrados em nome da Cooperativa Alternativa.

Outra fonte de investigação foi a análise do Processo n.º 098.003198/2013, em que consta o documento que suspendeu a operação da Cooperativa Alternativa em 06/12/2013 e repassou as Ordens de Serviço de Linha para o Riacho Grande e Rota do Sol.

Por fim, foram realizadas ações em campo tendo em vista identificar possíveis provas e reforçar as evidências que demonstrem a efetiva cessão da permissão da Cooperativa Alternativa a outras empresas de transporte.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 15 de 50

2. RESULTADOS DA AUDITORIA

2.1. Evidências encontradas no sistema TDMax/SBA

De acordo com o SIT/DFTRANS, as linhas autorizadas para a Cooperativa Alternativa antes da ocorrência da sua suspensão pelo DFTRANS em 05/12/2013 eram: 0.103, 0.128, 0.143, 0.400, 0.403, 0.404, 0.405, 0.415, 0.420, 103.2, 107.3, 114.2, 128.1, 128.3, 128.4, 143.1, 145.1, 145.2, 146.1, 400.1, 400.2, 400.3, 400.5, 403.1, 403.4, 404.2, 405.2 e 420.1. (ANEXO EXTERNO I - Tabelas Horárias Antes da Suspensão das Linhas da Alternativa)

Tabela 1 - LINHAS DA ALTERNATIVA ANTES DA SUSPENSÃO

LINHA	OPERADOR	O.S.	LINHA	OPERADOR	O.S.
0.103	AT	669-DTE/11	128.4	AT	249-DTE/10
0.128	AT	246-DTE/10	143.1	AT	194-DTE/10
0.143	AT	193-DTE/10	145.1	AT	1412-DTE/09
0.400	AT	1082-DTE/09	145.2	AT	1413-DTE/09
0.403	AT	343-DTE/12	146.1	AT	324-DTE/11
0.404	AT	1082-DTE/09	400.1	AT	1082-DTE/09
0.405	AT	1082-DTE/09	400.2	AT	1082-DTE/09
0.415	AT	404-DTE/12	400.3	AT	1082-DTE/09
0.420	AT	499-DTE/11	400.5	AT	1082-DTE/09
103.2	AT	670-DTE/11	403.1	AT	344-DTE/12
107.3	AT	701-DTE/11	403.4	AT	846-DTE/09
114.2	AT	703-DTE/11	404.2	AT	1082-DTE/09
128.1	AT	247-DTE/10	405.2	AT	1082-DTE/09
128.3	AT	612-DTE/11	420.1	AT	322-DTE/11

Fonte: SIT/DFTRANS

Com a determinação para suspensão da operação da Cooperativa Alternativa, o DFTRANS delegou a operação dessas linhas para as empresas Rota do Sol e Expresso Riacho Grande. Essa situação perdurou até que, em 21/05/2014, a Assessoria Jurídico-Legislativa desse órgão emitiu parecer entendendo que o Contrato de Adesão da Cooperativa Alternativa ainda estava vigente e recomendou seu retorno ao sistema. Nota-se na Tabela 2, que o DFTRANS emitiu Ordens de Serviço de Linha com determinação para operação conjunta



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 16 de 50

entre a empresa Rota do Sol e Expresso Riacho Grande para as linhas 0.415, 400.1, 400.2, 400.3, 400.5, 404.2, 405.2 e 420.1. Contudo, as tabelas horárias dessas linhas informam somente os horários para a empresa Rota do Sol, sem a separação de horários entre os operadores que compartilham essas linhas, como ocorre com todas as linhas que possuem esse modo de operação. (ANEXO EXTERNO II - Tabelas Horárias Durante a Suspensão das Linhas da Alternativa)

Tabela 2 - LINHAS DA ALTERNATIVA DELEGADAS A OUTROS OPERADORES DURANTE SUA SUSPENSÃO

LINHA	OPERADOR	O.S.	LINHA	OPERADOR	O.S.
0 103	RG	901-DTE/13	400 2	RG	962-DTE/13
0 128	RG	905-DTE/13	400 2	RT	933-DTE/13
0 143	RG	909-DTE/13	400 3	RG	962-DTE/13
0 400	RG	962-DTE/13	400 3	RT	934-DTE/13
0 403	RG	962-DTE/13	400 5	RG	962-DTE/13
0 404	RG	962-DTE/13	400 5	RT	935-DTE/13
0 405	RG	962-DTE/13	403 1	RG	963-DTE/13
0 415	RG	962-DTE/13	403 4	RG	963-DTE/13
0 415	RT	943-DTE/13	404 2	RG	963-DTE/13
0 420	RG	962-DTE/13	404 2	RT	940-DTE/13
143 1	RG	910-DTE/13	405 2	RG	963-DTE/13
400 1	RG	962-DTE/13	405 2	RT	942-DTE/13
400 1	RT	932-DTE/13	420 1	RG	963-DTE/13
406 2	RG	1147-DTE/13	420 1	RT	945-DTE/13

Fonte: SIT/DFTRANS

Em face dessa recomendação, o DFTRANS emitiu novas O.S. determinando que a Alternativa operasse as linhas 0.143, 143.1, 0.400, 0.403, 0.404, 0.405, 0.420, 400.1, 400.2, 400.3, 400.5, 403.1, 403.4, 404.2, 405.2, 420.1 e 406.2. (ANEXO EXTERNO III – Tabelas Horárias Após a Suspensão das Linhas da Alternativa)

mpg



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 17 de 50

Tabela 3 - LINHAS DA ALTERNATIVA APÓS SEU RETORNO AO SISTEMA

LINHA	OPERADOR	O.S.	LINHA	OPERADOR	O.S.
0.143	AT	1146-DTE/14	400.2	AT	1085-DTE/14
0.400	AT	1085-DTE/14	400.3	AT	1085-DTE/14
0.403	AT	1085-DTE/14	400.5	AT	1085-DTE/14
0.404	AT	1085-DTE/14	403.1	AT	1086-DTE/14
0.405	AT	1085-DTE/14	403.4	AT	1086-DTE/14
0.420	AT	1085-DTE/14	404.2	AT	1086-DTE/14
143.1	PR	1479-DTE/14	405.2	AT	1086-DTE/14
400.1	AT	1085-DTE/14	420.1	AT	1086-DTE/14

Fonte: SIT/DFTRANS

Os dados levantados pelo relatório Diário de Meia Viagem indicaram que, em outubro de 2014, quando a Cooperativa Alternativa retornou ao Sistema de Transporte, a **receita auferida com a operação**, tanto de veículos cadastrados em nome da Expresso Riacho Grande e da Expresso Rota do Sol quanto de veículos cadastrados em nome da Cooperativa Alternativa, **permaneceu sendo repassada para a empresa Expresso Riacho Grande até 29/10/2014**. Ressalta-se que as empresas Expresso Riacho Grande e da Expresso Rota do Sol permaneceram operando mesmo tendo O.S. com vigência expirada em 10/10/2014, realizando operação irregular, de acordo com a Instrução N.º 187/DFTRANS, de 7 de novembro de 2011. Esta operação irregular foi devidamente autuada, em 11/10/2014 por Auditor Fiscal de Atividades Urbanas, através dos Autos de Infração n.ºs 058151 a 058184, Série AD, Tipo A, pois estas empresas não possuíam O.S. que as autorizassem a permanecer operando. (ANEXO EXTERNO IV – Listagem de Autos por Data e Linha)

Tal fato pode ser evidenciado com base na relação entre os veículos que operaram entre 11/10/2014 e 29/10/2014 nas linhas da Cooperativa Alternativa, constantes na tabela 4 abaixo. A tabela abaixo apresenta, de forma sintética, e com base nos relatórios Diário de Meia Viagem do TDMax/SBA, as linhas que foram autorizadas à Cooperativa Alternativa quando de seu retorno ao sistema. (ANEXO EXTERNO V – Relatórios Diários de Meia Viagem do TDMax/SBA dos Veículos Utilizados nas Linhas da Alternativa Após seu Retorno ao Sistema que Operaram em Nome da Expresso Riacho Grande) No período citado, foram relacionados os veículos que operaram em cada uma das linhas. Os veículos com n.º de

mce



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 18 de 50

ordem iniciado por 570 (quinhentos e setenta) são cadastrados no SIT/DFTRANS em nome da Cooperativa Alternativa. Os veículos com n.º de ordem iniciado por 201 (duzentos e um) e 202 (duzentos e dois) são cadastrados em nome da Expresso Riacho Grande. Já os veículos com n.º de ordem iniciado por 206 (duzentos e seis) são cadastrados em nome da Expresso Rota do Sol.

De acordo com os dados apresentados abaixo, veículos dos 3 (três) operadores realizaram serviço de transporte público coletivo de forma composta ainda quando da retomada da Cooperativa Alternativa ao sistema:

Tabela 4 - VEÍCULOS UTILIZADOS NAS LINHAS DA ALTERNATIVA APÓS SEU RETORNO AO SISTEMA QUE OPERARAM EM NOME DA RIACHO GRANDE

VEÍCULOS	LINHAS															
	143.1	0.143	0.400	0.403	0.404	0.405	0.420	400.1	400.2	400.3	400.5	403.1	403.4	404.2	405.2	420.1
	570281	202061	202061	202061	202061	202061	202061	202681	202061	202061	202061	570095	570141	202061	202061	202061
	570451	202681	570095	202681	202681	570095	202681	570095	202681	202681	570141	570150	570231	570095	570141	570095
	570494	570095	570133	570095	570095	570133	570095	570133	570141	570150	570133	570184	570184	570267	570184	570150
	-	570133	570141	570133	570133	570141	570133	570141	570150	570141	570273	570281	570389	570311	570184	570231
	-	570141	570168	570150	570141	570150	570141	570150	570184	570150	570311	570427	570401	570141	570192	570281
	-	570150	570184	570168	570150	570168	570150	570184	570192	570168	570371	570435	570168	570150	570231	570303
	-	570168	570192	570184	570168	570184	570184	570222	570273	570184	570451	570451	570397	570371	570273	570311
	-	570184	570222	570192	570184	570192	570222	570273	570303	570231	570460	570338	570427	570427	570303	570338
	-	570192	570267	570222	570192	570222	570273	570303	570311	570267	570478	570478	570478	570486	570311	570478
	-	570222	570281	570231	570222	570231	570281	570311	570338	570273	570486	570486	570494	570231	570371	570486
	-	570231	570311	570265	570231	570249	570303	570371	570389	570371	570150	570494	206512	570281	570389	570494
	-	570267	570371	570267	570265	570267	570311	570389	570397	570389	570427	-	-	570435	570303	570451
	-	570273	570389	570273	570273	570273	570338	570397	570401	570397	570231	-	-	570451	570419	570460
	-	570281	570401	570303	570281	570281	570371	570435	570435	570401	570281	-	-	-	-	570478
	-	570303	570451	570311	570303	570303	570389	570451	570451	570427	570338	-	-	-	-	570486
	-	570311	570460	570338	570311	570311	570397	570494	570460	570435	570419	-	-	-	-	570095
	-	570338	570478	570371	570338	570338	570401	206512	570486	570478	-	-	-	-	-	570168
	-	570371	570486	570397	570371	570371	570427	570231	570095	570486	-	-	-	-	-	570338
-	570389	570494	570401	570389	570389	570451	570478	570168	570494	-	-	-	-	-	570435	
-	570397	206512	570435	570397	570397	570486	570486	570231	570095	-	-	-	-	-	570184	
-	570401	570150	570451	570401	570435	570494	570494	570194	570192	-	-	-	-	-	570273	
-	570427	570273	570460	570427	570451	206512	570168	570231	570222	-	-	-	-	-	570427	
-	570435	570435	570478	570435	570460	570168	570192	570281	570281	-	-	-	-	-	-	
-	570451	570303	570486	570451	570478	570184	570231	570419	570311	-	-	-	-	-	-	
-	570460	570338	570494	570460	570486	570231	570419	570427	570338	-	-	-	-	-	-	
-	570478	570397	206512	570478	570494	570435	570427	570494	570451	-	-	-	-	-	-	
-	570486	-	570141	570486	206512	570192	-	-	206512	-	-	-	-	-	-	
-	570494	-	570281	570494	570401	570419	-	-	570303	-	-	-	-	-	-	
-	206512	-	570389	206512	570427	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	201359	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	570419	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIT/DFTRANS e TDMMax/SBA.

mae



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 19 de 50

**2.2. Evidências encontradas nos Processos 098.003.198/2013,
098.000.414/2014 e 098.003.497/2014**

O Processo n.º 098.003.198/2013 trata do requerimento feito pela Cooperativa Alternativa para realização de vistoria periódica de seus veículos e está apensado ao Processo n.º 098.000.414/2014, que trata da transferência de 100% (cem por cento) das quotas da Cooperativa Alternativa para o Sr. Heuler Raniê Soares Mendonça.

O Processo n.º 098.003.497/2014 trata do requerimento feito pela Cooperativa Alternativa, em que é solicitada a transferência da permissão referente ao Contrato de Adesão n.º 001/2009 para Central Expresso Transportes Ltda. Tais processos forneceram base documental com informações e evidências para se chegar às conclusões desta auditoria. Para tanto, foram relacionadas abaixo as evidências e documentos relevantes dos referidos processos em ordem cronológica para facilitar o entendimento dos fatos.

Tabela 5 - RELAÇÃO DE EVIDÊNCIAS ENCONTRADAS NOS PROCESSOS 098.003.198/2013, 098.000.414/2014 e 098.003.497/2014

Data	Processo	Folha	Emitente	Informação
5/12/2013	0098-003198/2013	111	DT-DFTRANS	Memorando n.º 055/2013 que versa acerca da suspensão das ordens de serviço da Alternativa e emissão das OS para as empresas Rota do Sol e Riacho Grande a partir do dia 06/12/2013.
06/12/2013	090.003497/2014	47	Cooperativa Alternativa, MCS e Central Expresso	Instrumento particular de cessão de permissão de serviço público de transporte coletivo urbano, com cessão de contratos de trabalho e cessão de uso de garagem.
6/12/2013	0098-003198/2013	112	DFTRANS	O.S. n.º 900-DTE/13 de suspensão de operação das linhas 0.103; 103.2; 107.3; 114.2; 0.128; 128.1; 128.3; 128.4; 0.143; 143.1; 145.1; 145.2 e 146.1 encaminhada à empresa Alternativa.
6/12/2013	0098-003198/2013	113	DFTRANS	O.S. n.º 962 – DTE/13 de autorização de compartilhamento de operação das linhas

mce



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 20 de 50

				0.400; 0.403; 0.404; 0.405; 0.415; 0.420; 400.1; 400.2; 400.3 e 400.5 destinadas à empresa Expresso Riacho Grande com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	114	DFTRANS	O.S. n.º 931 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 0.400 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	115	DFTRANS	O.S. n.º 938 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 403.4 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	116	DFTRANS	O.S. n.º 940 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 404.2 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	117	DFTRANS	O.S. n.º 942 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 405.2 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	118	DFTRANS	O.S. n.º 945 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 420.1 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	119	DFTRANS	O.S. n.º 1147 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 406.2 encaminhada à empresa Riacho Grande com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	120	DFTRANS	O.S. n.º 944 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 0.420 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	121	DFTRANS	O.S. n.º 943 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 0.415 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 21 de 50

6/12/2013	0098-003198/2013	122	DFTRANS	O.S. n.º 933 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 400.2 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	123	DFTRANS	O.S. n.º 932 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 400.1 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	124	DFTRANS	O.S. n.º 935 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 400.5 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	125	DFTRANS	O.S. n.º 934 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 400.3 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	126	DFTRANS	O.S. n.º 963 – DTE/13 de autorização de compartilhamento de operação das linhas 403.1, 403.4, 404.2, 405.2 e 420.1 destinadas à empresa Expresso Riacho Grande com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	127	DFTRANS	O.S. n.º 941 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 0.405 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	128	DFTRANS	O.S. n.º 939 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 0.404 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	129	DFTRANS	O.S. n.º 931 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 0.403 encaminhada à empresa Rota do Sol Transportes e Turismo com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	130	DFTRANS	O.S. n.º 901 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 0.103 encaminhada à empresa Riacho Grande com data de vigência em

mo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 22 de 50

				06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	131	DFTRANS	O.S. n.º 911 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 145.1 encaminhada à empresa Riacho Grande com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	132	DFTRANS	O.S. n.º 910 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 143.1 encaminhada à empresa Riacho Grande com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	133	DFTRANS	O.S. n.º 908 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 128.4 encaminhada à empresa Riacho Grande com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	134	DFTRANS	O.S. n.º 907 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 128.3 encaminhada à empresa Riacho Grande com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	135	DFTRANS	O.S. n.º 906 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 128.1 encaminhada à empresa Riacho Grande com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	136	DFTRANS	O.S. n.º 904 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 114.2 encaminhada à empresa Riacho Grande com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	137	DFTRANS	O.S. n.º 903 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 107.3 encaminhada à empresa Riacho Grande com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	138	DFTRANS	O.S. n.º 902 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 103.2 encaminhada à empresa Riacho Grande com data de vigência em 06/12/2013.
6/12/2013	0098-003198/2013	139	DFTRANS	O.S. n.º 909 – DTE/13 – Operacionalização da Linha 0.143 encaminhada à empresa Riacho Grande com data de vigência em 06/12/2013.

me



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 23 de 50

20/01/2014	098-000414/2014	5 a 8	Alternativa e Sr. Heuler	Instrumento Particular de Cessão de Quotas Sociais entre a Cooperativa Alternativa e o Sr. Heuler Raniê Soares Mendonça.
31/01/2014	098-003198/2013	99 a 107	Cooperativa Alternativa e Central Expresso	Instrumento Particular de parceria em administração, gestão e cessão de ônibus em cooperativa de transporte com opção de venda da permissão.
31/03/2014	0098-000414/2014	30 a 35	SEJUR DFTRANS	Parecer n.º 17/2014 – SEJUR da Dra. Ana Cristina Lopes de Afonso primando pela invalidade do instrumento particular de cessão de quotas da Cooperativa Alternativa e da impossibilidade de entendimento de que a permissão de serviço público faça parte de patrimônio de pessoa física, jurídica ou de cooperativa. Cita a possibilidade de instauração de processo de caducidade e afirma que a Cooperativa Alternativa continua sendo representante legal da permissão, dos ônibus e responsável pelas linhas.
31/03/2014	0098.003497/2014	79	DIRETOR GERAL DA DFTRANS	Certidão emitida pelo então Diretor Geral da DFTRANS, Sr. Marco Antônio Campanella. Certifica que a empresa Central Expresso Transportes Ltda. opera em nome da permissionária Expresso Riacho Grande Ltda. desde 12/12/2012.
-	0098.003497/2014	80 a 139	Central Expresso Transporte Ltda.	Documentos de licenciamento (CRLV) dos veículos em nome da empresa Central Expresso Transportes Ltda., mas cadastrados no SIT/DFTRANS em nome da permissionária Expresso Riacho Grande Ltda.
				Parecer s/n assinado pelo então chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa, Sr. Samuel Barbosa dos Santos, escrito à mão em

mo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 24 de 50

21/05/2014	0098-003198/2013	108	AJL DFTRANS	frente e verso, em que o parecerista menciona que a DFTRASNS assumiu provisoriamente a prestação dos serviços e os delegou a outra operadora. Entretanto, entendeu que o contrato entre a Cooperativa Alternativa e o Distrito Federal continua vigente, a despeito de ter sido suspensão em 06/12/2013. Entendeu ainda que a suspensão da operação da Alternativa é ilegal e que eventuais prejuízos devem ser cobrados do Erário caso persistisse a situação. Finalizou seu parecer e o encaminhou à DTE sugerindo que as Ordens de Serviço originais fossem restabelecidas.
22/05/2014	0098-000414/2014	35 e 36	SEJUR DFTRANS	No verso do Parecer n.º 17/2014 – SEJUR, da Dra. Ana Cristina Lopes de Afonso, o Sr. Samuel Barbosa dos Santos, Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa do DFTRANS, sustentou a rejeição do referido parecer, em texto escrito à mão, tendo em vista o equívoco referente à natureza jurídica do negócio. Entendeu que a transferência de quotas não implica na transferência de permissão, e que o patrimônio da pessoa jurídica não se confunde com o da pessoa física, salvo despersonalização. Afirma que não se trata de transferência de permissão, mas tão somente alteração na composição interna da permissionária por não atingir o contrato estabelecido com a Administração. Concluiu pelo não acolhimento do parecer e diz viável a transferência societária.
10/09/2014	090.003497/2014	2 a 6	COOPERATIVA ALTERNATIVA LTDA.	Requerimento de Transferência da Permissão, objeto do Contrato de Adesão n.º001/2009, à Secretaria de Estado de

m29



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 25 de 50

				Transportes, referente ao Edital de Concorrência n.º 002/2007 – ST (PROCESSO n.º 098.008.593/2007).
10/10/2014	0098-003198/2013	140	DFTRANS	O.S. n.º 1151 – DTE/14 – Operacionalização da Linha 0.128 encaminhada à empresa Piracicabana com data de vigência em 11/10/2014.

Fonte: Processos 098.003.198/2013, 098.000.414/2014 e 098.003.497/2014.

2.3. Evidências encontradas mediante procedimento de Auditoria na garagem da Cooperativa Alternativa

Os trabalhos de inspeção na sede da Cooperativa Alternativa embasaram-se na previsão legal descrita no artigo 32 da Lei Distrital de n.º 4.011, de 12 de setembro de 2007 e fazem parte das bases que sustentam os resultados desta auditoria. Os trabalhos “in loco” foram realizados mediante prévio comunicado à auditada, no prazo legal de 5 (cinco) dias de antecedência, conforme especificado no Ofício n.º 140/2015 – SUFISA/SEMOB, devidamente recebido pelo operador.

Para os fins do presente trabalho, a auditoria teve por objetivo coletar documentos que vinculassem a Central Expresso Transportes Ltda. e as empresas do seu grupo como efetivos mantenedores das estruturas funcionais da Cooperativa Alternativa durante o período em que suas operações estiveram suspensas pelo Órgão Gestor e após o retorno da cooperativa à operação.

O resultado desse trabalho em campo forneceu base para a produção do Relatório Sintético de Auditoria - Garagem - Cooperativa Alternativa e de uma relação de documentos que representam as evidências deste pilar comprobatório, conforme segue.

mde



2.3.1. Relatório do Trabalho de Campo

Em 05/05/2015, uma equipe composta por 5 (cinco) auditores realizou inspeção na garagem da Cooperativa Alternativa com vistas a suprir de informações e documentos complementares que levassem a conclusões acerca da cessão da permissão objeto do Contrato de adesão 001/2009. Essa inspeção fez parte dos trabalhos de auditoria, sendo um dos procedimentos de fiscalização.

A inspeção teve como objetivo a realização de Auditoria administrativa, técnico-operacional e econômico-financeira.

Os detalhes dessa inspeção constam no Relatório Sintético de Auditoria na Garagem da Cooperativa Alternativa em Apenso neste relatório.

2.3.2. Evidências Documentais

Com base nos trabalhos desenvolvidos em campo, foram relacionados documentos encontrados no escritório da Cooperativa Alternativa, que fornecem evidências materiais de forma a comprovar a relação entre ela e as empresas do grupo Central Expresso Transportes Ltda. durante o período em que a Alternativa esteve suspensa e após o retorno da operação para Cooperativa Alternativa. Na tabela abaixo foram relacionados documentos operacionais e de expediente em ordem cronológica de geração ou expedição.

As cópias dos referidos documentos encontrados na garagem da Cooperativa Alternativa estão dispostos no ANEXO EXTERNO VI – Documentos Encontrados Durante Inspeção Realizada na Garagem da Alternativa - na mesma ordem em que foram relacionados abaixo na tabela 6.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 27 de 50

Tabela 6 - RELAÇÃO DE EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS ENCONTRADAS DURANTE INSPEÇÃO REALIZADA NA GARAGEM DA ALTERNATIVA

Data	Emitente	Documento
04/2014 05/2014	Expresso Riacho Grande	Remessa de Material n.º 06403, 06314, 06340 e 06348 da empresa MCS para a garagem de Brazlândia realizados em documento da empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE, datados de 17/04/14 a 06/05/2014.
6/5/2014	Expresso Riacho Grande	Folha de verificação de recolhimento e orçamento de serviço da empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE acerca do veículo n.º 206628. Em anexo, Ficha Cadastral de Veículo retirada pela auditoria comprovando a atual posse do veículo por parte da empresa ROTA DO SOL.
13/07/2014	Expresso Riacho Grande	Relatório Operacional de Transportes – ROT da Empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE, localizado na garagem da Cooperativa ALTERNATIVA, que aponta a organização para a realização de viagens das linhas 400, 400.1, 400.2, 400.3, 400.5, 403, 403.1, 403.4, 404, 405 e 420 no dia 13/07/2014.
30/07/2014	Expresso Riacho Grande	Boletim de Controle Operacional – BCO da Empresa Expresso Riacho Grande n.º 599753 localizado na garagem da Cooperativa Alternativa, referente ao veículo n.º 202126.
04/08/2014	DETRAN	Notificação de Autuação do veículo de placa JHM-9215 de propriedade da empresa CENTRAL EXPRESSO TRANSPORTES LTDA localizado na garagem da Cooperativa Alternativa.
5/8/2014	Expresso Riacho Grande	Folha de verificação de recolhimento e orçamento de serviço da empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE acerca do veículo n.º 201511. Em anexo, Ficha Cadastral de Veículo retirada pela auditoria comprovando a posse do veículo por parte da própria empresa, porém localizada na garagem da Cooperativa ALTERNATIVA.
07/08/2014	Expresso Riacho Grande	Folha de verificação de recolhimento e orçamento de serviço da empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE acerca do veículo n.º 201430. Em anexo, Ficha Cadastral de Veículo retirada pela auditoria comprovando a posse do veículo por parte da própria empresa, porém localizada na garagem da Cooperativa ALTERNATIVA.
12/08/2014	Expresso Riacho Grande	Relatório Operacional de Transportes – ROT da Empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE, localizado na garagem da Cooperativa ALTERNATIVA, que aponta a organização para a realização de viagens das linhas 400, 400.1, 400.2, 400.3, 400.5, 403, 403.1, 403.4, 404, 405, 405.2, 415, 420 e 420.1 no dia 12/08/2014.
03/9/2014	Central Expresso	Folha de Verificação de Recolhimento n.º 367 da empresa CENTRAL EXPRESSO referente ao veículo 206687, motorista Jose Wilson, crachá 157 e Orçamento de Serviço da empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE, de mesma data, referente ao mesmo veículo (n.º 206687) e mesmo motorista e n.º de crachá. Em anexo, Ficha Cadastral de Veículo retirada pela auditoria comprovando a atual posse do veículo por parte da empresa ROTA DO SOL.

mde



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 28 de 50

16/10/2014	Expresso Riacho Grande	Relatório Diário do Fiscal da empresa Expresso Riacho Grande acerca de acidente de trânsito sem vítima com o carro n.º 015, acompanhado de BO do incidente. Em anexo, Ficha Cadastral de Veículo retirada pela auditoria comprovando a posse do veículo por parte da Cooperativa ALTERNATIVA.
17/10/2014	Expresso Riacho Grande	Folha de verificação de recolhimento e orçamento de serviço da empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE acerca do veículo n.º 570311. Em anexo, Ficha Cadastral de Veículo retirada pela auditoria comprovando a posse do veículo por parte da Cooperativa ALTERNATIVA.
21/10/2014	Expresso Riacho Grande	Folha de verificação de recolhimento e orçamento de serviço da empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE acerca do veículo n.º 23. Em anexo, Ficha Cadastral de Veículo retirada pela auditoria comprovando a posse do veículo por parte da Cooperativa ALTERNATIVA.
21/10/2014	Expresso Riacho Grande	Relatório Diário do Fiscal da empresa Expresso Riacho Grande acerca de acidente de trânsito sem vítima com os carros n.º 570389 e 570401. Em anexo, Ficha Cadastral de Veículo retirada pela auditoria comprovando a posse dos veículos por parte da Cooperativa ALTERNATIVA.
24/10/2014	Central Expresso	Relatório diário do Fiscal de 24/10/2014 com linhas designadas à Cooperativa ALTERNATIVA em documento da empresa CENTRAL EXPRESSO TRANSPORTES LTDA.
25/10/2014	Expresso Riacho Grande	Folha de verificação de recolhimento e orçamento de serviço da empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE acerca do veículo n.º 570371. Em anexo, Ficha Cadastral de Veículo retirada pela auditoria comprovando a posse do veículo por parte da Cooperativa ALTERNATIVA.
26/10/2014	Central Expresso	Folha de verificação de recolhimento da empresa CENTRAL EXPRESSO e orçamento de serviço da empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE acerca do veículo n.º 570460. Em anexo, Ficha Cadastral de Veículo retirada pela auditoria comprovando a posse do veículo por parte da própria empresa, porém localizada na garagem da Cooperativa ALTERNATIVA.
30/10/2014	Expresso Riacho Grande	Folha de verificação de recolhimento e orçamento de serviço da empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE acerca do veículo n.º 570249. Em anexo, Ficha Cadastral de Veículo retirada pela auditoria comprovando a posse do veículo por parte da Cooperativa ALTERNATIVA.
11/2014	DJ de Araujo Expresso CO	Folha de Ponto do motorista Valtoires Muniz de Lima da empresa DJ DE ARAUJO EXPRESSO CENTRO OESTE de Novembro/Dezembro de 2014 localizado na garagem da Cooperativa ALTERNATIVA.
03/11/2014	Expresso Riacho Grande	Relatório Diário do Fiscal da empresa Expresso Riacho Grande acerca de acidente de trânsito sem vítima com o carro n.º 570290, acompanhado de BO do incidente. Em anexo, Ficha Cadastral de Veículo retirada pela auditoria comprovando a posse do veículo por parte da Cooperativa ALTERNATIVA.
12/2014	DJ de	Folha de Ponto do cobrador Michel Orlando de Sousa da empresa DJ DE

mo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 29 de 50

	Araujo Expresso CO	ARAUJO EXPRESSO CENTRO OESTE de Dezembro de 2014 e Janeiro de 2015 localizado na garagem da Cooperativa ALTERNATIVA.
03/12/2014	Alternativa e CTE	Notas fiscais de combustíveis destinados à Cooperativa ALTERNATIVA com resumo de despesas em documento da CENTRAL EXPRESSO DE TRANSPORTES.
04/12/2014	Alternativa e CTE	Notas fiscais de combustíveis destinados à Cooperativa ALTERNATIVA com resumo de despesas em documento da CENTRAL EXPRESSO DE TRANSPORTES.
11/12/2014	Alternativa e CTE	Notas fiscais de combustíveis destinados à Cooperativa ALTERNATIVA com resumo de despesas em documento da CENTRAL EXPRESSO DE TRANSPORTES.
15/12/2014	Alternativa	Controle de Despesas com 10 (dez) notas fiscais e 1 recibo da Cooperativa Alternativa com valores consolidados em resumo com referência à empresa CENTRAL EXPRESSO TRANSPORTES no cabeçalho.
16/12/2014	Alternativa e CTE	Notas fiscais de combustíveis destinados à Cooperativa ALTERNATIVA com resumo de despesas em documento da CENTRAL EXPRESSO DE TRANSPORTES.
17/12/2014	Alternativa	Controle de Despesas com 01 exemplo de nota fiscal da Cooperativa Alternativa com valores consolidados em resumo com referência à empresa CENTRAL EXPRESSO TRANSPORTES no cabeçalho.
22/12/2014	Alternativa e CTE	Notas fiscais de combustíveis destinados à Cooperativa ALTERNATIVA com resumo de despesas em documento da CENTRAL EXPRESSO DE TRANSPORTES.
30/12/2014	Expresso Riacho Grande	Relatório diário do Fiscal de 30/12/2014 com linhas designadas à Cooperativa ALTERNATIVA em documento da empresa EXPRESSO RIACHO GRANDE.
01/2015	Empresa de Telefonia GVT	Conta de telefone da GVT como Comprovante de Endereço da CENTRAL EXPRESSO TRANSPORTES LTDA no endereço da garagem de Brazlândia (AE 3 Conjunto D SN lote 01 - Setor Norte).
02/02/2015	Pedido à Justiça do Trabalho	Reclamação trabalhista do Sr. Paulo Roberto Leite Santos em desfavor das empresas MLF SANTANA TRANSPORTE-ME, COOPERATIVA ALTERNATIVA, MCS LOCAÇÃO TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES, CENTRAL EXPRESSO TRANSPORTES, RIACHO GRANDE E DJ ARAÚJO EXPRESSO CENTRO OESTE, alegando, dentre reclamações trabalhistas, a sucessão das referidas empresas na prestação do serviço de transporte público por parte da Cooperativa Alternativa.
03/2015	Empresa de Telefonia GVT	Conta de telefone da GVT como Comprovante de Endereço da CENTRAL EXPRESSO TRANSPORTES LTDA no endereço da garagem de Brazlândia (AE 3 Conjunto D SN lote 01 - Setor Norte).
02/03/2015	CTC Brasília BSB	Correspondência encaminhada à empresa MCS LOCAÇÃO TRANSPORTE como Comprovante de Endereço com destino à garagem de Brazlândia (

7/2015



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 30 de 50

		AE 3 Conjunto D SN lote 01 - Setor Norte).
5/05/2015	SIT/DFTRAN NS	Relação de ônibus por operador – Cooperativa Alternativa.

Fonte: inspeção na garagem da Cooperativa Alternativa.

3. ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS

A partir da recomendação da PGDF de que fosse realizada apuração acerca da cessão da permissão decorrente do Contrato de Adesão 001/2009, passamos a confrontar os eixos de evidências relacionados no título “2. RESULTADOS DA AUDITORIA”, com a finalidade de fornecer conclusões suficientemente robustas sobre a questão.

De início, aponta-se o fato de que, a suspensão da operação das linhas da Cooperativa Alternativa ocorreu em 05/12/2013 (Processo n.º 0098.003198/2013, fl. 111). Logo no dia seguinte, a Expresso Riacho Grande e Expresso Rota do Sol receberam autorização para operar as linhas da Cooperativa Alternativa e deram imediato início à operação (ANEXO EXTERNO VII - Relatórios Diário de Meia Viagem de 06/12/2013 a 13/12/2013), mesmo não possuindo estrutura própria e histórico para operação naquela região. Além disso, soma-se ao fato de a cessão de direito da permissão da Cooperativa Alternativa ter sido assinada na mesma data, o que leva a deduzir que já havia intenção prévia de compra da permissão em nome da Cooperativa pela Central Expresso Ltda. (Processo n.º 0090.003497/2014, fl. 47). As evidências desse fato estão dispostas nos títulos 2.1 e 2.2 deste relatório. No título 2.1 estão as **evidências relacionadas ao cadastro das O.S.** de suspensão da Cooperativa Alternativa e de autorização da Expresso Rota do Sol e da Expresso Riacho Grande no SIT/DFTRANS e registros de operação destas duas empresas no TDMAX/SBA já em 06/12/2013. No título 2.2, estão as **evidências documentais** relacionadas à suspensão de operação das linhas da Cooperativa Alternativa e autorização de operação de parte dessas linhas à Expresso Rota do Sol e Expresso Riacho Grande, conforme constam dos autos do Processo n.º 0098.003198/2013, datadas no dia 05/12/2013 com vigência a partir do dia 06/12/2013.

ma



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 31 de 50

Essa relação entre a suspensão da Cooperativa Alternativa e a consecutiva autorização de suas linhas às outras empresas citadas, a assinatura da cessão de direitos por instrumento particular da Cooperativa Alternativa para a Central Expresso e o início da operação de boa parte dessas linhas logo no dia seguinte, dá margem para se deduzir que já havia uma prévia negociação em andamento, o que revela fortes indícios de que essa cessão ocorreu na prática. Soma-se a isso, documento datado em 21/05/2014 encontrado à fl. 108 do Processo 0098.003198/2013 assinado pelo então chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa, Sr. Samuel Barbosa dos Santos, escrito à mão em frente e verso, em que o parecerista menciona que a DFTRANS assumiu provisoriamente a prestação dos serviços e os delegou a outra operadora. Dessa forma, infere-se que, além de haver uma negociação entre a Cooperativa Alternativa e a Central Expresso antes da assinatura da cessão de direito, o DFTRANS, por meio de sua Assessoria Jurídico-Legislativa, tinha ciência do acordo. **Não houve assunção da permissão por parte da DFTRANS.** O que houve foi a suspensão das linhas da Cooperativa Alternativa e sua imediata delegação a Expresso Riacho Grande e Expresso Rota do Sol (Processo 0098.003198/2013, fls. 112 a 139).

Seguindo a sequência cronológica dos fatos relevantes, em 20/01/2014, por ato da diretoria da Cooperativa Alternativa, transferiu-se a totalidade das quotas dos cooperados para o Sr. Heuler Raniê Soares de Mendonça, então presidente da Cooperativa (Processo n.º 098.000414/2014, fls. 05 a 08). Dias depois, em 31/01/2014, foi firmado um **Instrumento particular de parceria em administração, gestão e cessão de ônibus em cooperativa de transporte com opção de venda da permissão.** Trata-se de cessão onerosa de veículos, máquinas, equipamentos, sistemas, processos de gestão e pessoas da Central Expresso Transportes Ltda. para a Cooperativa Alternativa (Processo n.º 098.003198/2013, fls. 99 a 107).

Ressalta-se que, na prática, Expresso Riacho Grande e Central Expresso são a mesma empresa, uma vez que, no Processo 090.003.497/2014, fl. 79, há uma certidão assinada pelo então Diretor Geral da DFTRANS, Sr. Marco Antônio Campanella, de que a empresa Central Expresso Transportes Ltda. **“opera em nome da permissionária Expresso**

mco



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 32 de 50

Riacho Grande Ltda., desde o dia 12 de dezembro de 2012” (negrito nosso). Consta ainda no mesmo processo os documentos de licenciamento (CRLV) dos veículos em nome da empresa Central Expresso Transportes Ltda., mas cadastrados no Órgão Gestor em nome da permissionária Expresso Riacho Grande Ltda (Processo 090.003.497/2014, fls. 80 a 139). O Diretor Geral se baseou equivocadamente no art. 5º da Lei n.º 2.843/01:

Art. 5º Fica permitido às empresas permissionárias do serviço convencional do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF - celebrar, com pessoas físicas e jurídicas, contratos de locação de ônibus de sua frota cadastrada no Órgão Gestor, para operarem, em seu nome, nas linhas em que estiverem alocados.

Ora, a referida lei vem dispor sobre o Serviço de Transporte Público Convencional Autônomo, o que não é o caso do sistema onde se encaixa o operador Expresso Riacho Grande, tampouco da Cooperativa Alternativa, que foram registradas para operar no Serviço Básico. Além disso, o citado dispositivo legal permite a locação de veículos pertencentes a permissionários do sistema para operadores do Serviço Autônomo, e não de uma empresa não pertencente ao sistema a um delegatário do serviço, como foi o caso da empresa Central Expresso Transportes Ltda. Esta empresa não era sequer delegatária de serviço público de transporte do DF. Ao que parece, houve interpretação convenientemente equivocada para subcontratar a Central Expresso sem licitação pública nem qualquer outra previsão legal ou contratual.

Segue abaixo quadro que relaciona os 60 (sessenta) veículos pertencentes à Central Expresso, mas cadastrados no SIT/DFTRANS em nome da Riacho Grande:

mde



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 33 de 50

Tabela 7 - RELAÇÃO DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DA CENTRAL EXPRESSO CADASTRADOS NO SISTEMA DE TRANSPORTES EM NOME DA RIACHO GRANDE

PLACA	N.º DE ORDEM	PLACA	N.º DE ORDEM	PLACA	N.º DE ORDEM	PLACA	N.º DE ORDEM
JFQ0948	201481	JHJ0212	203343	JHJ0452	203327	JHR9483	203033
JFQ0998	201651	JHJ0232	203483	JHJ0462	203319	JHR9493	203068
JFQ1008	201677	JHJ0282	203424	JHJ0472	203301	JHR9503	203009
JFQ1028	201693	JHJ0302	203530	JHJ0482	203432	JHR9513	203084
JFQ1048	201685	JHJ0322	203599	JHJ0492	203416	JHR9523	203017
JFQ1058	201596	JHJ0332	203581	JHR9373	203149	JHR9533	203122
JFQ1068	201570	JHJ0352	203513	JHR9383	203181	JHR9543	203025
JFQ1196	201391	JHJ0362	203505	JHR9393	203114	JHR9553	203173
JFQ1206	201367	JHJ0372	203254	JHR9403	203041	JHR9563	203131
JFQ1226	201378	JHJ0392	203297	JHR9413	203157	JHR9623	203521
JFQ1246	201359	JHJ0402	203394	JHR9423	203106	JHR9683	203491
JFQ1286	201383	JHJ0412	203386	JHR9433	203165	JHR9723	203564
JFQ1326	201431	JHJ0422	203378	JHR9443	203190	JHR9743	203572
JFQ2398	201669	JHJ0432	203360	JHR9453	203092	JHR9763	203584
JFQ2408	201561	JHJ0442	203351	JHR9463	203076	JHR9783	203556

Fonte: SIT/DFTRANS

Há uma nítida triangulação entre a cessão da permissão, ocorrida em 06/12/2013, a aquisição das quotas da Cooperativa Alternativa pelo Sr. Heuler, ocorrida em 20/01/2014 e esse contrato de parceria, firmado em 31/01/2014, que nada mais é do que um subterfúgio para a venda da permissão da Cooperativa Alternativa à revelia do Estado. O papel do Sr. Heuler nessa transação é o de se passar por responsável pela Alternativa, enquanto a Central Expresso se mantém no anonimato, controlando aquela cooperativa.

Figura 1 - TRIANGULAÇÃO NO PROCESSO DE CESSÃO DA PERMISSÃO DA ALTERNATIVA



mdo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 34 de 50

Assim, a operação das linhas da suspensão Cooperativa Alternativa foi sendo realizada pela Expresso Riacho Grande e Expresso Rota do Sol até o restabelecimento das O.S. originais, que ocorreu em 11/10/2014 (ANEXO EXTERNO III – Tabelas Horárias Após a Suspensão das Linhas da Alternativa). Contudo, o retorno da Cooperativa Alternativa se deu com o restabelecimento parcial de suas linhas (apenas dezesseis linhas retornaram à Cooperativa). Frisa-se que quando a Alternativa foi suspensa ela operava 28 (vinte e oito) linhas.

De 11/10/2014 a 29/10/2014 constatamos, por meio do TDMax/SBA, que a operação das linhas restabelecidas para Cooperativa Alternativa foram realizadas em grande parte por seus próprios veículos, mas também por veículos da Expresso Riacho Grande e da Expresso Rota do Sol. Contudo o que chama a atenção é que, nesse período, o SBA registrou a operação em nome da Expresso Riacho Grande, o que resta evidente que a receita dessas operações estava sendo direcionada para esta última empresa (ANEXO EXTERNO V – Relatórios Diários de Meia Viagem do TDMax/SBA dos Veículos Utilizados nas Linhas da Alternativa Após seu Retorno ao Sistema que Operaram em Nome da Expresso Riacho Grande). Além disso, essa situação revela a confusão patrimonial e operacional entre a Cooperativa Alternativa e as empresas do grupo Central Expresso - Expresso Rota do Sol e Expresso Riacho Grande, o que dá margem a se deduzir que, na prática, mesmo depois da determinação de retorno da Alternativa ao STPC/DF, a Central Expresso Transportes é quem controlava a permissão pública da Cooperativa Alternativa. Dessa forma, entendemos que houve acordos de alienação ou cessão da permissão anteriores, concomitantes e posteriores à suspensão da Alternativa, com procedimentos revestidos de simulação para burlar a fiscalização, a Lei de Licitações e, sobretudo, o interesse público.

Para que essas constatações fossem inequívocas, esta auditoria abrangeu também uma operação na garagem da Cooperativa Alternativa. A intenção foi esgotar todas as possibilidades de evidências a fim de constatar a cessão da permissão outorgada. Conforme o Relatório do Trabalho de Campo, em 05 de maio do corrente ano, foi realizada uma inspeção que, entre outros objetivos, procurou levantar documentos que nos levassem a

mco



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 35 de 50

constatar que a empresa Central Expresso Transportes Ltda. é quem mantinha as estruturas físicas e operacionais da Cooperativa Alternativa.

Foram encontrados documentos de 2013, 2014 e 2015 em nome das outras empresas, tais como Central Expresso Transportes Ltda. e Expresso Riacho Grande Ltda. São documentos que comprovam a gestão financeira, administrativa e operacional por parte dessas empresas sobre os veículos, máquinas, equipamentos, sistemas, processos de gestão e pessoal da Cooperativa Alternativa. São notas fiscais, contas de telefone, notificação de infrações, boletins de controle operacional, remessa de material para a garagem da Cooperativa Alternativa em Brazlândia em documentos da Expresso Riacho Grande, entre outros.

Com relação aos aspectos administrativo e financeiro, a título de exemplo, foram encontrados documentos de Remessa de Material da empresa MCS para a garagem de Brazlândia, realizados em documento da empresa Expresso Riacho Grande Ltda.; Folha de verificação de recolhimento e orçamento de serviço da empresa Expresso Riacho Grande; Orçamento de Serviço da empresa Expresso Riacho Grande. Há documentos que comprovam que a Central Expresso detinha o controle da Alternativa mesmo após esta ter sido restabelecida ao Sistema. Como exemplo, citam-se as notas fiscais de compra de combustível destinado à Cooperativa Alternativa com resumo de despesas em documento da Central Expresso Transportes, datado em 03/12/2014. Tais documentos comprovam que a utilização e manutenção da garagem, de equipamentos e veículos da Cooperativa Alternativa eram controladas pela Central Expresso Transportes, ora em nome da Expresso Riacho Grande, ora em nome da Expresso Rota do Sol. (ANEXO VI – Documentos Encontrados Durante Inspeção Realizada na Garagem da Alternativa)

Outro documento encontrado revela o vínculo, não só entre a Central Expresso e a Expresso Riacho Grande, mas também entre estas e as empresas MLF Santana Transporte-ME; Cooperativa Alternativa; MCS Locação, Transportes e Construções e DJ Araújo Expresso Centro Oeste. Trata-se de Reclamação trabalhista do Sr. Paulo Roberto Leite Santos contra essas empresas, em que alega, entre outras reclamações, a sucessão das citadas empresas na prestação do serviço de transporte público por parte da Cooperativa Alternativa.

mpe



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 36 de 50

Nesse caso, o reclamante foi contratado pela MLF Santana Transporte-ME e as demais empresas sucederam-na. Desta forma, incluíram-se as citadas empresas e a Cooperativa Alternativa no polo passivo da demanda, uma vez que o já citado Instrumento Particular de Cessão de Permissão, na cláusula segunda, prevê a assunção de responsabilidade dos contratos de trabalho pelo cessionário. Ainda na mesma petição, alega-se que a empresa DJ Araújo Expresso Centro Oeste faz parte do mesmo grupo econômico das demais, pois os contracheques do reclamante estão em seu nome, por isso foi incluído no polo passivo da reclamação. (ANEXO VI – Documentos Encontrados Durante Inspeção Realizada na Garagem da Alternativa)

A Folha de Ponto do cobrador Michel Orlando de Sousa, da empresa DJ Araújo Expresso Centro Oeste, de Dezembro de 2014 e Janeiro de 2015, localizada na garagem da Cooperativa Alternativa durante a inspeção de auditoria realizada em 05/05/2015 vem corroborar a alegação de que essa empresa pertence ao mesmo grupo econômico das demais. (ANEXO VI – Documentos Encontrados Durante Inspeção Realizada na Garagem da Alternativa)

Tais documentos são de suma relevância para reforçar as evidências de que houve, de fato, a cessão da permissão, inclusive com uma demanda em curso na Justiça do Trabalho incluindo todas as citadas empresas e a Cooperativa Alternativa como solidariamente responsáveis, uma vez que houve, na prática, a sucessão entre elas. (ANEXO VI – Documentos Encontrados Durante Inspeção Realizada na Garagem da Alternativa)

Com relação ao aspecto operacional, encontrou-se Relatório Operacional de Transportes da Expresso Riacho Grande, que indica organização para realização de viagens das linhas 400, 400.1, 400.2, 400.3, 400.5, 0.403, 403.1, 403.4, 0.404, 0.405, 405.2, 0.415, 0.420 e 420.1 no dia 12/08/2014. Frisa-se que todas essas linhas se referem àquelas da Cooperativa Alternativa, suspensas em 06/12/2013. Encontrou-se ainda, em 21/10/2014, Relatório Diário do Fiscal da empresa Expresso Riacho Grande acerca de acidente de trânsito sem vítima com os carros n.º 570389 e 570401, ambos da Cooperativa Alternativa, quando

m20



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 37 de 50

esta já havia recebido autorização para retornar ao Sistema. (ANEXO VI – Documentos Encontrados Durante Inspeção Realizada na Garagem da Alternativa)

Desse modo, a inspeção na garagem da Cooperativa Alternativa em Brazlândia deixou evidente que a empresa Central Expresso Transportes Ltda. deteve o controle financeiro, administrativo e operacional da Cooperativa durante o período em que esta ficou suspensa por determinação da DFTRANS e também após isso.

A transferência das quotas para o Sr. Heuler e o Contrato de parceria foram levados ao conhecimento da DFTRANS com o intuito de institucionalizar a cessão da permissão, em uma evidente tentativa de descumprir a Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. Submetido à apreciação do Serviço Jurídico daquela autarquia, o comunicado de aquisição das quotas da Alternativa pelo Sr. Heuler foi taxativamente rechaçado no Parecer n.º 17/2014 - SEJUR, fls. 30 a 35 do Processo n.º 098.000414/2014. Com base na Constituição Federal, na Lei de Licitações n.º 8.666/1993, na Lei Geral de Concessões e Permissões n.º 8.987/1995 e na Lei da Política Nacional do Cooperativismo n.º 5.764/1971, a advogada do DFTRANS, Dra. Ana Cristina Lopes Afonso, emitiu parecer sustentando, com argumentos jurídicos bem fundamentados a flagrante ilegalidade do negócio. A lei determina o número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas para que seja constituída uma sociedade cooperativa. A transferência de 100% (cem por cento) das quotas para uma pessoa física ou jurídica extingue os fundamentos do cooperativismo, o que dá causa à dissolução da cooperativa. Além disso, ato da Diretoria da Cooperativa não tem o poder de substituir a Assembleia Geral Extraordinária no que tange a transferência de quotas, senão por 2/3 dos associados presentes. Sustentou ainda que a Permissão de Serviço Público não pode ser objeto de negócio ou acordo particular, tampouco cessão ou alienação sem anuência prévia do Poder Concedente. Por fim recomendou a instauração de um processo de caducidade da referida permissão pelo inadimplemento das condições preestabelecidas no Contrato de Adesão firmado entre a Cooperativa Alternativa e o Distrito Federal.

Apesar de bem fundamentada a análise da parecerista, o então Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da mesma autarquia, Sr. Samuel Barbosa dos Santos, rejeitou

mpo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 38 de 50

o parecer da advogada. Por meio de um documento manuscrito, datado em 22/05/2014, posicionou-se contrário aos argumentos e substituiu seu parecer, utilizando-se de uma sustentação inconsistente e fundamentos jurídicos superficiais, entendendo ser viável a transferência societária. Além disso, o assessor-chefe indicou, em documento manuscrito emitido por ele mesmo, datado em 21/05/2014, constante na fl. 108 do Processo n.º 098.003198/2013, que as “circunstâncias que autorizaram a suspensão de sua execução, foram superadas, inclusive pela alteração do quadro social da permissionária”.

A simples alteração de quadro social não altera a situação em que a Cooperativa se encontrava quanto às questões impeditivas de sua continuidade na operação. Ressalta-se que a alteração do quadro social, neste caso, significa a possível dissolução da cooperativa e se insere no previsto no artigo 78, inciso XI, da lei 8.666/1993: “XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato”, para que seja decretada a rescisão do contrato.

Diante dessas circunstâncias, em 10/09/2014, a Cooperativa Alternativa, como cedente, e a empresa Expresso Riacho Grande Ltda., como cessionária, protocolaram requerimento na Secretaria de Estado de Transportes em que pleitearam a cessão da permissão. No conteúdo do pleito, alegaram que as empresas agiram de boa fé e que a Central Expresso Transportes Ltda. e MCS Locação Transportes e Construções “já investiram muito dinheiro” para quitar o financiamento dos veículos da Cooperativa Alternativa e para reformá-los. Nota-se que tal alegação, somada ao fato de os veículos da Expresso Riacho Grande estarem operando as linhas da Alternativa na data do pleito, constituem uma evidência de que houve efetivamente a cessão da permissão.

O Secretário de Transportes, à época, submeteu o referido pleito de cessão da permissão à apreciação da PGDF quanto a sua viabilidade legal e jurídica. Assim, foi emitido o Parecer n.º 697/2014-PROCAD/PGDF que contestou veementemente os atos e meios utilizados até então para a realização da transação. Entendeu que a cessão da permissão deve ser precedida de anuência do Poder Concedente e no caso em apreciação, de acordo com o que dispõe o Contrato de Adesão 001/2009, deve se dar pela Secretaria de Estado de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 39 de 50

Transportes (atual, Secretaria de Estado de Mobilidade, de acordo com o Decreto n.º 36.236, de 1º de janeiro de 2015) e da DFTRANS. Ademais, concluiu pela inviabilidade legal da cessão e recomendou ao órgão consulente a apuração quanto à ocorrência fática da cessão e a adoção das medidas cabíveis a fim de penalizar as empresas transgressoras. Eis o que a presente auditoria se dispõe a realizar. (Processo n.º 090.003.497/2014, fls. 252 a 262)

O Parecer n.º 17/2014 - SEJUR e o Parecer n.º 697/2014-PROCAD/PGDF tratam com propriedade o aspecto jurídico acerca da cessão da permissão entre a Cooperativa Alternativa e a Central Expresso, entendimentos que acolhemos e reforçamos. O serviço público de transporte é de titularidade do Estado e como tal segue as prerrogativas fundadas no Princípio da Supremacia do Interesse Público, da qual decorre a verticalidade nas relações entre Administração e particulares. O Contrato de Adesão é corolário desta verticalidade em que cabe ao particular aceitar os termos estabelecidos ou não. Estando de acordo e assinado o contrato, cabe ao particular cumprir com o que nele foi avençado. O ordenamento jurídico não permite a realização de cessão ou alienação de permissão pública, salvo nas hipóteses estabelecidas em lei.

No caso em tela, embora tenha havido anuência tácita por parte da DFTRANS, a cessão da permissão deveria ocorrer revestido de eminente interesse público com a anuência previa da Secretaria de Estado de Transportes e da DFTRANS. Não foi o que ocorreu. Ao contrário. A confusão patrimonial, jurídica, burocrática e operacional entre as empresas aqui mencionadas, promovida pelos seus responsáveis, revelou nítidos artifícios para driblar a lei, os órgãos públicos do sistema de transportes e, em última análise, o interesse público em prol do interesse econômico. Assim, se houve manobras jurídicas frustradas para que a cessão da permissão ora analisada fosse concretizada, o mesmo não se pode afirmar do ponto de vista fático.

md



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 40 de 50

4. CONCLUSÃO

O tripé estrutural da presente auditoria foi planejado, executado e disposto de forma a apurar se houve, na prática, a cessão da permissão da Cooperativa Alternativa para a empresa Central Expresso Transportes Ltda.

Decerto, isoladamente, as evidências encontradas no decorrer da apuração dos fatos por meio de análise de registro nos sistemas disponíveis à fiscalização, dos documentos encontrados nos processos ou de documentos encontrados na inspeção realizada não seriam suficientes para se comprovar que houve efetivamente cessão da permissão. Contudo, **o cruzamento do conjunto das evidências relacionadas neste trabalho fornece uma base consistente para concluirmos que, de fato, houve a cessão da permissão objeto do Contrato de Adesão n.º 001/2009 da Cooperativa Alternativa Ltda. para a empresa Central Expresso Transportes Ltda.**

Concluimos ainda que a Cooperativa supracitada incorreu em descumprimento dos termos do contrato, qual seja a cláusula décima terceira, que prevê a vedação, sob pena de nulidade da Permissão, da transferência, a qualquer título, dos serviços delegados, sem a anuência da Secretaria de Estado de Transportes e da DFTRANS.

Ademais, a Cooperativa Alternativa vinha prestando o serviço de forma inadequada, com constantes paralisações e interrupções devido à falta de condições financeiras e operacionais. Tais situações podem ser enquadradas no art. 38 da Lei Geral de Concessões e Permissões n.º 8.987/1995, que são hipóteses de declaração discricionária de caducidade. Contudo, de acordo com o art. 27 da referida lei, a transferência da permissão ou do controle societário sem prévia anuência do poder concedente implicará sua caducidade. **Neste caso, a declaração de caducidade é obrigatória, haja vista que, de acordo com a doutrina, o ato administrativo é vinculado.**

Dessa forma, em relação ao aspecto contratual, pela infração cometida, a permissionária pode ser punida com a cassação da permissão. Pelo aspecto legal, a falta cometida deve ensejar a declaração de caducidade da permissão.

mae



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 41 de 50

5. RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista as análises e conclusões elencadas no presente trabalho, recomenda-se que:

- Com base na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Adesão 001/2009, a Cooperativa Alternativa seja punida com a cassação da permissão.
- Com base no art. 38 da Lei Geral de Concessões e Permissões n.º 8.987/1995, que este relatório seja incluído nos autos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria n.º 24, de 24 de março de 2015, destinada a comprovar as inexecuções contratuais da COOPERATIVA DE TRABALHO DO TRANSPORTE AUTÔNOMO DE PASSAGEIROS REGULAR LTDA – ALTERNATIVA, com vistas à declaração da caducidade da permissão;
- As linhas operadas pela Cooperativa Alternativa sejam objeto de delegação a outros operadores, respeitando-se os princípios licitatórios previstos no arcabouço jurídico pátrio.
- Seja instaurada sindicância para apurar a conduta do Ex Diretor Geral da DFTRANS, Sr. Marco Antônio Campanella; do Ex Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa, Sr. Samuel Barbosa dos Santos; e demais envolvidos na tentativa de cessão da Permissão da Cooperativa Alternativa e outros atos correlatos sem os devidos procedimentos legais.

md



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 42 de 50

Encaminhe-se ao Gerente de Análise de Resultados e à Coordenadora de Auditoria e Avaliação com indicação de encaminhamento ao Sr. Subsecretário de Fiscalização, Auditoria e Controle e à Comissão de Processo Administrativo destinada a comprovar as inexecuções contratuais da COOPERATIVA DE TRABALHO DO TRANSPORTE AUTÔNOMO DE PASSAGEIROS REGULAR LTDA – ALTERNATIVA, no âmbito do Contrato de Adesão nº 001/2009, designado pela Portaria nº 24, de 24 de março de 2015, da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal.

Brasília - DF, 11 de junho de 2015.


GABRIEL FIALHO NETTO SANTOS

Auditor Fiscal de Atividades Urbanas
Chefe do Núcleo de Análise de Receitas e Despesas – NURED
Matrícula: 263.840-1

Ciente. Aprovo o presente Relatório de Auditoria. Encaminhe-se ao Sr. Subsecretário de Fiscalização, Auditoria e Controle para providências.

Brasília - DF, 11 de junho de 2015.


MARRISON DANTAS DE OLIVEIRA

Auditor Fiscal de Atividades Urbanas
Gerente da Gerência de Análise de Resultados – GEARE
Matrícula: 266.443-7

Brasília - DF, 11 de junho de 2015.


MARIA ISABEL BORGES G. DIDEROT

Auditora Fiscal de Atividades Urbanas
Coordenadora da Coordenação de Auditoria e Avaliação – COAV
Matrícula: 21.773-5



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 43 de 50

6. APÊNDICE

RELATÓRIO SINTÉTICO DE AUDITORIA

GARAGEM – COOPERATIVA ALTERNATIVA

No dia 05 de maio de 2015 os auditores Marrison Dantas de Oliveira, matrícula 266.443-7, Gabriel Fialho Netto Santos, matrícula 263.840-1, Marcos Rodrigues Gonçalves Faria, matrícula 266.492-5, Rodrigo Shukri Olsson, matrícula 266.385-6 e Luciane Mesquita Mota, matrícula 37.823-2 realizaram Auditoria administrativa, técnico-operacional e econômico-financeira na Garagem da Cooperativa de Trabalho do Transporte Autônomo de Passageiros Regular LTDA – Alternativa, de acordo com a notificação do Ofício N.º 140/2015 – SUFISA/SEMOB, emitida no dia 22 de abril de 2015 e recebida pela auditada no dia 24 de abril de 2015.

Os auditores chegaram à garagem, cito à AE 03, Conjunto D, Lotes 01 a 03, Setor Norte, Brazlândia-DF, às 08h30 (oito horas e trinta minutos) e foram recebidos pelo Senhor Alessandro Moreno Batista, CPF 699.104.051-72 e pelo Senhor Helder Alves Ferreira, CPF 565.113.021-72, que afirmaram estar cientes do teor da auditoria, de acordo com o ofício supracitado e franquearam acesso aos auditores às dependências da garagem.

Ao adentrar nas instalações da garagem observamos a presença de vários veículos estacionados no pátio e a inexistência de prepostos ou funcionários, à exceção dos supracitados.

Iniciamos os trabalhos na parte administrativa e econômico-financeira. Foi-nos informado que os documentos atualizados da parte econômico-financeira e relativos aos funcionários foram transferidos para o escritório de contabilidade da empresa “DJ Araújo Expresso Centro Oeste”.

Os funcionários da cooperativa nos franquearam acesso às salas localizadas nos fundos da parte administrativa da garagem, que estavam sendo ocupadas como depósito (conforme ilustra figura 01 abaixo), onde estavam armazenados documentos da operação (Boletins de Controle Operacional e Boletim de Transporte Coletivo), além de documentos diversos, datados de 2008 a 2011. Nenhum documento relevante foi encontrado nesse ambiente.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 44 de 50

FIGURA 01 – Salas da Cooperativa Alternativa



Em seguida, nos foi franqueado acesso à sala da Presidência, conforme ilustra a figura 02 abaixo. Os auditores fizeram um levantamento dos documentos presentes e, com a ciência e autorização dos funcionários da Cooperativa, fotocopiaram alguns documentos para análise posterior, conforme ilustra a figura 02 abaixo.

Foram encontrados vários documentos referentes aos anos de 2013 e 2014, em nome de empresas terceiras, cito DJ de Araújo Expresso Centro Oeste, Central Expresso Transportes LTDA e Expresso Riacho Grande LTDA. As fotocópias destes documentos estão com o Núcleo de Análise de Receitas e Despesas para serem acostados à Auditoria em execução para verificar se houve a transferência da Permissão da Cooperativa Alternativa sem anuência prévia do Estado.

FIGURA 02 – Salas da Cooperativa Alternativa









GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 45 de 50

Por fim, os auditores realizaram inspeção nos veículos estacionados no pátio da cooperativa, com vistas a verificar o estado da frota e a quantidade de veículos disponíveis.

Analisando a frota existente na garagem, foram localizados vinte e cinco veículos, conforme descrito na tabela abaixo:

LEVANTAMENTO DA FROTA	
<p>570010</p>  <p>- Sem condições de uso.</p>	<p>570117</p>  <p>- Sem condições de uso.</p>
<p>570126</p>  <p>- Sem condições de uso.</p>	<p>570133</p>  <p>- Aparente condição de uso.</p>

mde



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 46 de 50

570150



- Aparente condição de uso.

570176



- Faltam peças, aparenta falta de condições de uso.

570214



- Faltam peças, aparenta falta de condições de uso.

570222



- Faltam peças, aparenta falta de condições de uso.

7209



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 47 de 50

570231



- Aparenta condições de uso.

570273



- Aparenta condições de uso.

570290 e 570401



- Aparentam condições de uso.

570303



- Aparenta condições de uso.

570311



- Faltam peças, aparenta falta de condições de uso.

570362



- Sem condições de uso.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 48 de 50

570346



- Sem condições de uso.

570371



- Aparenta condições de uso.

570435



- Aparenta condições de uso.

570443



- Aparenta condições de uso.

570451




- Aparenta condições de uso.

mce



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 49 de 50

<p>570460</p>  <p>- Aparenta condições de uso.</p>	<p>570486</p>  <p>- Aparenta condições de uso.</p>
<p>570508</p>  <p>- Sem condições de uso.</p>	
<p>Sem Identificação</p>  <p>- Sem condições de uso.</p>	<p>Sem Identificação</p>  <p>- Sem condições de uso.</p>

mce



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS
NÚCLEO DE ANÁLISE DE RECEITAS E DESPESAS

Página 50 de 50

Observa-se que, dos vinte e cinco veículos listados, doze aparentam não estar em condições de uso, o que permite concluir que, apenas treze veículos aparentam estar em condições de uso. Observa-se ainda que os veículos aparentavam estar parados há algum tempo e a avaliação das condições foi realizada de forma superficial e sem grandes recursos técnicos.

Brasília – DF, 05 de maio de 2015.

Luciane Mesquita Mota

Auditora Fiscal de Atividades Urbanas

Mat. 37.823-2

Gabriel Flalho Netto Santos

Auditor Fiscal de Atividades Urbanas

Mat. 263.840-1

Marcos Rodrigues Gonçalves Faria

Auditor Fiscal de Atividades Urbanas

Mat. 266.492-5

Rodrigo Shukri Olsson

Auditor Fiscal de Atividades Urbanas

Mat. 266.385-6

Marriison Dantas de Oliveira

Auditor Fiscal de Atividades Urbanas

Mat. 266.443-7